



Pressão dos professores com greve, provoca audiência para debater previdência estadual

A decisão dos professores de realizarem greve toda terça-feira e também nos dias que for colocado em votação a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº18, do governador João Doria (PSDB) de reforma da previdência estadual, pressionou a bancada governista na Assembleia Legislativa de São Paulo a marcar audiência pública para debater a propositura. A audiência está marcada a próxima segunda-feira (2), às 14 horas, no auditório Franco Montoro da Alesp.

Na audiência pública, marcada pelo presidente da Assembleia Legislativa, Cauê Macris, a pedido do deputado Campos Machado, ambos governistas, estão em discussão a emenda constitucional nº 18, que modifica o regime próprio de previdência social dos servidores estaduais titulares de cargos efetivos do Estado, e o Projeto de Lei Complementar (PLC) 80/2019, que dispõe sobre as aposentadorias e pensões do regime próprio de previdência dos servidores e pensões do regime próprio de previdência dos servidores públicos estaduais.

Para a deputada estadual Professora Bebel (PT), que também é presidenta da Apeoesp, “essa reforma da Previdência do governador é uma caixa de maldades: aumenta o tempo de trabalho para homens e é ainda pior com as mulheres. Além disso, retira direitos de pensionistas e confisca parte dos salários de servidores”. A decisão de pressionar o governo estadual com greve foi aprovada pelos professores estaduais em assembleia na última terça-feira (26). “O objetivo é pressionar os deputados até que a PEC e o PLC sejam retirados. A proposta do governador João Doria eleva a alíquota de contribuição dos servidores estaduais de 11% para 14% e amplia o tempo de trabalho para a aposentadoria”, diz Bebel.

A presidenta da Apeoesp diz que a decisão é uma resposta da categoria também à proposta de “nova carreira” do magistério, anunciada por Doria há duas semanas. “Infelizmente, pelo que foi anunciado, os professores que optarem por essa farsa da ‘nova carreira’ passarão a receber subsídios e não salários. Terão que abrir mão de todos os direitos conquistados ao longo de décadas de trabalho. Nossa carreira atual pode ter falhas, mas ela garante direitos que o governo quer nos tirar”, explica Bebel, que ainda alerta que o subsídio prometido dependerá do resultado do professor em uma prova que será aplicada pelo governo.

Os professores voltam a se encontrar na Assembleia Legislativa na próxima terça-feira (3), para mais um ato contra a reforma da Previdência.

Informações à imprensa:

Fernando Fiot
11 98283 7998
fernanda@jabuticaba.net.br

Simone Reis
19 3377-7798

19 99189-5059

sarfwalder@al.sp.gov.br